

HISTÓRIA E CIVISMO

(DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO)

General A. DE LYRA TAVARES

Muito me sensibilizam, embora não me surpreendam, como a nenhum de nós poderiam surpreender, essa natural magnanimidade e êsse coração grande e generoso com que me recebe e me saúda, em nome do, já agora, nosso Instituto, o ilustre historiador Professor Adolfo Morales de los Rios Filho.

Ouçó, além de tudo, nas suas palavras, a voz de uma grande amizade, nascida e alimentada, nessa convivência espiritual, nessa espécie de afinidade nata que aproxima e identifica os que vivem estudando e pesquisando a História e a Geografia da Pátria, principalmente como fontes de civismo.

E é, sem dúvida, como melhor podemos compreender o Brasil, na expressão mais autêntica do sentido da sua evolução, nas peculiaridades do seu meio físico, nas suas potencialidades materiais e espirituais e na identificação da sua alma coletiva.

O interêsse comum por êsses estudos me fêz conhecer e admirar o Professor Morales de los Rios: os nossos contatos, como pessoas humanas, me deram o privilégio e a honra de merecer a sua amizade. E essa amizade explica a benevolência e, até, os exageros dos conceitos com que êle se refere, agora, a méritos e serviços meus que muito se ampliam no seu julgâmento magnânimo.

O que sinto transparecer dêsse fundo de bondade sôbre o qual o ilustre orador do Instituto desenhou, querendo ampliar, o meu perfil de eterno estudante, é que sou recebido aqui como numa grande família, dentro da qual também viveram o meu pai e o meu tio.

Dêles tive a ventura de herdar, não apenas um nome digno, pelos laços de sangue e pelos exemplos e lições que ambos nos legaram, como, também, a inclinação, o entusiasmo e, até mesmo, a devoção pelo estudo e pela investigação do que é o Brasil, com base no conhecimento da sua História e da sua Geografia, inclusive para o fim de suprir, desde ainda muito jovem, o que, lamentavelmente, não nos ensinam, ou nos ensinam mal, as nossas escolas, embora lhes caiba o dever fundamental de formar no aluno o futuro cidadão.

Sempre entendi, por isso mesmo, que não se escreve a História simplesmente por escrevê-la. Há um sentido mais nobre e mais alto a estimular o esforço dos que a ela se dedicam, guiados pela consciência do seu verdadeiro e grande papel na formação do espírito da coletividade. E é assim que a entendem todos os povos zelosos dos seus destinos.

Nem terá a comunidade humana que compõe a Pátria a fôrça e a coesão necessárias para forjar-lhe a grandeza, fazendo-a progredir segundo a linha dos seus verdadeiros destinos, quando não esteja bem presente ao espírito dos cidadãos nem coerente com o passado e com os anseios da nação o sentido das lutas e dos esforços que terão de conquistar cada etapa nova do desdobramento do itinerário histórico-político da nacionalidade, compreendida pelo conjunto integrado dos três elementos fundamentais que a constituem: o homem, a terra e as instituições.

Porque a Nação está, sobretudo, nas suas origens e no processo histórico da sua formação. É fenômeno social que se produz pela associação progressiva de determinada coletividade humana, em determinado espaço geográfico, por fôrça das afinidades e características comuns que solidarizam e aglutinam os seus elementos no mesmo sistema de vida, aos mesmos anseios coletivos, na predominância da mesma crença e na comunhão de interesses e aspirações.

As suas atitudes e o seu comportamento coletivo terão que obedecer às solicitações dêsse complexo de fatores que o individualizam, traduzindo-se em vontades a realizar. E estas vontades é que geram, sem dúvida, a fôrça de realização.

Não é, pois, simplesmente pelo estudo do estágio atual atingido pela nação, sobretudo quando ela está sujeita ao impacto de circunstâncias, internas ou externas, de excepcionalidade, que o dirigente ou líder do Estado, em que ela politicamente se organiza, pode discernir ou decidir com segurança sôbre os rumos mais coerentes com as aspirações nacionais.

É certo, do mesmo modo que a ruptura da normalidade do processo da evolução nacional acarretará abalos tanto maiores na estrutura da nação quanto mais uma nova ordem, porventura implantada, ou em via de implantação, afastar-se das tendências tradicionais e do consentimento explícito ou implícito da coletividade nacional.

Não é possível, porém, admiti-lo, senão como fenômeno transitório, como período de anormalidade, no quadro da vida de nação democrática. A democracia subentende além de tudo a existência de um Exército de caráter e de espírito democrático, formado de cidadãos livres, recrutados, indistintamente, na massa do povo, solidário com os seus sentimentos e participante dos seus anseios.

A grande inspiração moral do espírito de obediência do Exército de uma verdadeira democracia é a fidelidade à Pátria, como sentinela

vigilante, que êle é, acima de tudo, da sua defesa e dos seus destinos, em cuja compreensão se forma o soldado, pelo culto do civismo, que subentende e pressupõe o culto da História.

E aí está porque, quando correm perigo os destinos da nação, é sobretudo na consciência cívica do soldado, como cidadão servindo de sentinela dêsse destinos, que ela procura apoio para reencontrar-se consigo mesma, retomando, quase sempre à custa de duros sacrifícios e de soluções heróicas, o curso normal e o estado de equilíbrio de sua vida, reposta em coerência com os sentimentos e as aspirações nacionais.

É falso líder democrático, por isso mesmo, aquêle que desconhece, ou faz por desconhecer, as tendências históricas do seu povo, os seus anseios legítimos, decidindo-se a guiá-lo para direções que conflitam com a sua vontade soberana.

Nesse sentido mais profundo do papel que desempenha a História na arte de governar, é sábia, e vale sempre a pena lembrar a sentença já clássica de Bossuet: "mesmo quando a História pareça inútil aos outros homens, seria necessário que os príncipes a estudassem".

É possível observar-se, ao curso da História, que a evolução das nações obedece, como regra, a etapas coerentes, ou tornadas coerentes, quando não o são, pelos próprios acontecimentos que, neste caso, virão, mais cedo ou mais tarde, para corrigi-las.

A coesão nacional se verifica, se apóia e se fortalece em tôrno dessa linha de coerência, dêsse eixo de afinidades segundo o qual a nação se organiza, se afirma e se orienta, a despeito dos antagonismos que se lhe oponham, de fora ou de dentro das suas fronteiras.

O Brasil, por exemplo, se realizou, através das etapas iniciais da sua formação, como se partisse de vários Brasis, nas diferenciações, peculiaridades e antagonismos das suas tribos indígenas e das seus meio-ambientes, tanto quanto no sentido em que se desenvolveriam as suas economias e culturas regionais.

O poder e a sabedoria do colonizador conseguiram amalgamá-los, como um todo, no quadro amplo de uma só civilização, marcando e defendendo, para a posteridade, os limites dos seus domínios e o sentido espiritual das aspirações nacionais.

A gigantesca empresa partiu da única ligação, feita a princípio, ao longo do mar, para penetrar, progressivamente, o imenso território, em incursões de conquista e exploração, que eram, ao mesmo tempo, missões da fé cristã, para a catequese dos gentios e para o culto dos povoadores.

A nação iria despertando, por partes sucessivas, na sua consciência coletiva, para integrar-se na fusão das raças e dos nucleamentos de vida, com que o gênio colonizador abrangeu todo o território, firmando-se nos pontos essenciais para prover o seu dispositivo de defesa.

Mas a Metrópole não pôde arcar, pelos seus próprios meios, com as tarefas que se iam agigantando no amplo espaço territorial, tanto para a exploração dos seus recursos, como para preservá-los da cobiça dos outros povos. E teve que reparti-las com os nativos e os moradores, dêles se valendo, inclusive, para ampliar e fortalecer o seu Exército.

Não tardou que o espírito nativista se insurgisse e se avolumasse contra o juço colonizador, lutando para ficar livre dêle. O nativismo, como instinto, se transformaria no nacionalismo, como estado de consciência, comunicando-se, expandindo-se e unificando-se, através do território, para irromper, em reivindicações e lutas, por todo o país.

O que era, no entendimento de hoje, o anticolonialismo, progrediria, assim, no sentido dos ideais republicanos da época, junto com os anseios de independência, em movimentos que, embora isolados, respondiam a uma só aspiração comum.

Correria a Nação, como correu depois, o risco de desintegrar-se em movimentos regionais dispersos e descompassados, no tempo. Veio salvá-la a independência, com o Império, a cujo poder central e unitário coube a tarefa de assegurar para o Brasil português o destino que a América espanhola não teria a sorte de realizar.

Nessa sucessão lógica de acontecimentos, o regime imperial foi benemérito, sobretudo pela oportunidade e pela missão integradora que cumpriu, em benefício da Nação. Era, sem dúvida, o regime capaz de resguardar a nação, como um todo. Ele não logrou, porém, sufocar as suas verdadeiras tendências, por mais que procurasse detê-las, com base num injusto conservadorismo econômico e político, cheio de injustiças e erros, além de manchado pela opressão do servilismo.

A República viria mais tarde, sem comprometer a coesão e a unidade nacional. E veio como conquista que seguiria à da abolição. Já era um estado de espírito da nação, antes de traduzir-se em movimento político.

Foi assim que se realizou o Brasil, na heterogeneidade das suas partes constitutivas, a despeito das hostilidades do meio e dos antagonismos de todos os tipos, dentro das fronteiras que traçaram o território, nos seus limites definitivos, e através das lutas que afirmaram as suas tendências liberais, os seus sentimentos cristãos e a sua vocação de liberdade.

E porque foi assim que êle nasceu, como nação, para consolidar-se, no tempo, fazendo-se soberano e fortalecendo a sua unidade e a sua integridade, por obra do povo e das instituições por êle criadas, é que o sentido da sua evolução, como a substância histórica e moral que lastreou a formação da sua alma coletiva, são as grandes forças telúricas que nos cumpre identificar, através do estudo do passado, para bem compreendermos o Brasil dos nossos dias, no quadro nôvo do mundo conturbado em que vivemos.

A benemerência da obra dêste Instituto, pela fidelidade e segurança que nos oferece, na interpretação do passado, está, por tôdas essas razões, sobretudo em que ela constitui um precioso patrimônio nacional, como fonte autêntica em que se devem alimentar a cultura e o civismo do povo.

É sem dúvida, êste já legendário silogeu a Casa Grande da família dos historiadores do Brasil, dos ilustres brasileiros que, não apenas cultuam e estudam a História da Pátria, como a defendem, por preservar-lhe a autenticidade.

Porque há, também, os que se empenham em reformulá-la e des-caracterizá-la, ao sabor de correntes de pensamento, orientadas por uma espécie nova de guerra que, em vez de Exércitos e de material bélico, emprega a cultura, deformada e dirigida, em todos os seus campos, como arma diabólica para destruir as nações pela destruição da consciência cívica dos cidadãos.

Sobretudo no Brasil, país nôvo, de grandeza continental, com as vulnerabilidades dos vazios demográficos a preencher para sua ocupação efetiva e contínua, ainda enfraquecido pelos contrastes e desníveis das suas áreas características e tendo em conta a sua extensa linha de fronteiras, os fatores fundamentais da coesão nacional estão, sobretudo, nas forças imateriais que vêm do passado. Cumpre-nos revigorá-las no presente, como colunas de sustentação da Pátria, nos seus ideais, na sua fé cristã e na sua vocação democrática.

Lembro-me, a êsse respeito, dos tempos áureos e iniciais da Liga da Defesa Nacional, cujos objetivos tanto se identificam, nas suas finalidades cívicas, com o culto da nossa História. Sua sede, por sinal, nasceu neste mesmo silogeu legendário, como que a vincular, também na vizinhança física, a História e a verdadeira defesa da Pátria, cujo grande esteio está, na verdade, como pregava Bilac, na própria consciência nacional.

Meus ilustres consócios do Instituto.

Por mais que pretendesse trazer-vos, hoje, quando me recebeis como nôvo sócio, nesta Casa que se fêz grande e notável pelos seus estudos de História e Geografia, a minha contribuição sôbre tema específico de um dos assuntos pertinentes a essas duas ciências, que mais estudamos para a Nação do que para nós mesmos, em nenhum dêles se achou o meu espírito de fixar-se, para trabalho mais demorado na pesquisa e nas indagações que todos reclamam.

É talvez porque as atividades da função pública, por natureza absorventes e trepidantes, privam dêsse prazer o nosso espírito, prendendo-o mais ao atual, quando é precisamente do atual que o historiador deve afastar-se, retrocedendo no tempo, abstraindo-se do quadro que está vivendo no presente, para ver com isenção, com segurança e com fidelidade o fato histórico, na pureza das fontes, na idoneidade dos depoimentos e nas circunstâncias do ambiente e da época.

Nós que estudamos a História, somos homens do presente, que nos transportamos para o passado, no ato de estudar, transferindo-nos, então, para o meio-ambiente e para o tempo dos fatos que nos dispomos a analisar. E é sobre eles que concentramos o nosso espírito e a nossa meditação.

Isso exige a faculdade e a possibilidade da abstração, o que significa alhear-se, enquanto se estuda, do atual, do presente. É privilégio que nem sempre temos o direito de usufruir, nós que somos, também, homens de outros ofícios.

Porque o estudo da História nos leva a mergulhar no passado, ao contrário das outras ciências, em que examinamos os fenômenos olhando as circunstâncias materiais que os cercam, mas não, necessariamente, o século ou o ano, e o clima espiritual e político em que eles ocorreram.

O historiador é, por isso mesmo, escravo dessa espécie singular de servidão voluntária, além de nobre, que o força a sair do presente, para poder estudar, livre e isento dos problemas e dos fatos atuais, que serão História, apenas para os que vierem depois de nós, porque só eles terão serenidade, isenção e perspectiva para apreciá-los como historiadores.

Foi, então, a esses aspectos mais gerais e característicos do estudo da História que preferi limitar o que teria de ser o meu discurso de posse. E bem sei que, sobre esses assuntos, não vos poderia trazer nada de novo, a não ser a minha própria profissão de fé.

Trago-vos, porém, o agradecimento que vos devo e vos faço agora, com a promessa formal de continuar, aqui, servindo à História com fidelidade, mesmo porque não vejo como seja possível servi-la de outra maneira. E é como se tem, pelo menos, a certeza de não desservi-la.

Pretendo corresponder à honra com que me distinguis, acolhendo-me, com tanto calor, nesta Casa veneranda. Há muito tempo já, não sei bem porque nem com que direito, confesso que já a imaginava um tanto minha.

Tenho a impressão de ser, aqui, um velho sócio, um sócio, pelo menos, virtual, de trinta anos atrás, a voltar, agora, ao Instituto, depois de tão longa ausência, como que reconvocato pela vossa benevolência, para tornar a conviver e a trabalhar, neste ambiente de austeridade, com os ilustres historiadores que hoje o compõem.

Ponho-me a olhar para trás, no tempo, e é com pesar e respeito que recordo, num golpe de vista retrospectivo, como se às visse agora, presentes nessas bancadas de sócios, algumas figuras grandes e respeitáveis que já se foram. Não sei como separá-las do cenário das sessões daqueles outros tempos, já bem recuados, cuja visão se reaviva, bem nítida, na minha lembrança, formando, agora, uma espécie de imagem dupla na minha retina.

Bem sei que o destino os levou, para sempre, mas estou como que a vê-los aqui, recebendo a homenagem que lhes presto, agora, de mim para mim, sem que mesmo me pareça necessário citar-lhes, um a um, os nomes inesquecíveis.

Deu-me, ainda, o Instituto, o privilégio de suceder ao saudoso e brilhante camarada da Marinha de Guerra do Brasil, o Almirante Juvenal Greenhalg. Militar e cidadão de alto conceito e destacados méritos, êle afirmou o seu valor e engrandeceu a sua vida, pela capacidade realizadora que o caracterizava, pelos sentimentos humanos e a clarividência com que soube conduzir os seus homens, para grandes tarefas de interesse nacional e, em particular, pela sua obra de historiador.

Vida exemplar de marinheiro, posta tôda ela a serviço da pátria, bem sabemos como êle se dedicou e serviu à História, salientando-se pela contribuição valiosa que prestou, com a sua autoridade de profissional, à divulgação do relevante papel da indústria da nossa Marinha de Guerra, no quadro da nação.

Com a escolha do meu nome para integrar o quadro de sócios dêste benemérito Instituto, é mais um militar a quem êle honra e acolhe, na austeridade dêste recinto de reuniões por mim muitas vêzes freqüentado, desde ainda jovem tenente, impellido pelo interesse e pela necessidade de conhecer melhor o passado do Brasil.

A História Militar é, sem dúvida, complemento obrigatório da preparação profissional do Chefe e condutor de homens, destinado a guiá-los para a vitória, no comando de operações militares. Mas o papel do Exército, no quadro da Nação, transcende êsses aspectos especificamente técnico-profissionais, para abranger problemas que terão de influir na sua preparação e na sua mentalidade, como Instituição Nacional que se devota, não apenas à defesa da Pátria, como também, e por isso mesmo, ao seu fortalecimento.

A Independência não alterou, antes ampliou, essa destinação mais ampla do Exército Brasileiro, que vem dos tempos coloniais.

Compreende-se, assim, o alto sentido do decreto de 1 de dezembro de 1824, que criou o Exército Nacional, fixando-lhe os efetivos, ao dispor, em termos textuais, que êles deveriam crescer gradualmente, "ao passo que crescerem nas Províncias, a população, as finanças e as necessidades de defesa, ficando a cargo dos Governadores das Armas, e Presidentes, darem conta a Sua Majestade Imperial sôbre aquêles objetos".

Nessa ação precursora que tem tido o Exército no atendimento das necessidades prioritárias da formação e do fortalecimento da nacionalidade, cabe, aliás, a primazia e a precedência, desde a Colônia até às vésperas da República, a Engenharia Militar, pois que só às vésperas do regime republicano o Brasil começou a formar os seus engenheiros civis, na legendária Escola Central do Exército, que é, hoje, a Escola de Engenharia do Largo de S. Francisco.

O ilustre professor Adolfo Morales de los Rios Filho, com a sua autoridade de historiador e pesquisador, e com o privilégio de conhecer, como ninguém, a história da Arquitetura, fixa, aliás, em seus primorosos livros, sobretudo quanto aos grandes monumentos que ainda marcam, hoje, o esforço criador da nossa Engenharia, essa contribuição do Exército na construção do Brasil.

Pois que o Exército é a própria Nação em armas, além de ser uma instituição que progride com o seu progresso, dêle dependendo e para êle colaborando, nas atividades de tempo de paz, a sua história é a história da nação, como é o seu espírito, como são os seus anseios.

A História tem que ser, por isso mesmo, elemento fundamental da cultura do Chefe Militar. Foi assim que sempre a entendi. E foi por isso que me habituei a estudá-la, e nunca deixei de estudá-la, do primeiro ao último posto da hierarquia militar.

Tal é o motivo por que, agora honrado, já com os cabelos brancos, por esta cerimônia em que sou recebido como sócio do nosso benemérito Instituto, não me é estranho este austero recinto, por mim freqüentado, já se vão muitos anos, para ouvir ilustres conferencistas, entre os quais, me perdoem que relembre os nomes do meu pai, JOÃO DE LYRA TAVARES, e do meu tio, AUGUSTO TAVARES DE LYRA.

Ambos se iniciaram na vida como professôres de História, sendo que o meu tio tinha o Instituto como uma espécie de segunda casa. Era o lugar certo de encontrá-lo, dentro do seu inalterável programa de vida, tal o rigor da pontualidade com que êle o freqüentava, para ler e palestrar, em dias e horas certas, até os extremos limites da sua capacidade de locomoção.

Guardo, também, uma lembrança muito viva do saudoso Conde de Afonso Celso, ao tempo em que era Presidente Perpétuo do Instituto, como do querido amigo da família, o historiador Max Fleiuss, secretário perpétuo, meu orientador e conselheiro em muitas pesquisas que aqui vim fazer.

Uma delas, tenho-o bem presente à memória, era a de uma prescrição da legislação do período colonial, ainda tida como vigente no Brasil, sobre a inalienabilidade e as servidões dos terrenos contíguos às fortificações. Muitos a invocavam ou contestavam, em demandas judiciais de grande importância para o Estado, mas apenas com base na tradição oral, pois a fonte era, até então, desconhecida.

No interesse quase paternal com que sempre me acolhia, Max Fleiuss me induziu a desistir da pesquisa, uma vez que, dizia-me êle, um eminente sócio, que até hoje honra o Instituto com o relêvo da sua grande e inconfundível personalidade, estava, também, empenhado na busca do mesmo documento, sem lograr resultado.

Até hoje não fiquei sabendo se era apenas uma explicação de Max Fleiuss para demonstrar-me, com tão desanimadora alegação, que se tratava de uma empresa inexequível. O que sei é que terminei por descobrir o referido documento. E o publiquei.

São recordações que me vêm à lembrança, entre muitas outras, ao ver-me, agora, recebido pelo Instituto. Trago-as aqui pelo prazer de reavivá-las, falando convosco e falando comigo mesmo. É esse também, um modo de expressar-vos o quanto me sinto feliz, além de honrado, na vossa ilustre companhia.

Exmo. Sr. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, nosso Presidente Perpétuo.

Digníssimas autoridades

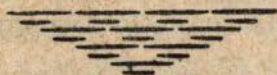
Prezados consócios

Professor Moraes de los Rios

Meus amigos e camaradas.

Este é, sem dúvida, um momento muito significativo para a minha vida, tanto espiritual como afetiva. Sobre a grande honra que me é tributada com esta cerimônia, ela ainda mais me toca a sensibilidade pelo que significam para mim a vossa presença e a vossa atenção.

Muito obrigado.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO